



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

## **O PPP COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA ESCOLA**

2011

ZENAIDE GABRIEL ALVINO

## **O PPP COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Aline Gabriele Pereira

Belo Horizonte

2011

**ZENAIDE GABRIEL ALVINO**

## **O PPP COMO INSTRUMENTO DE REPRESENTAÇÃO DA ESCOLA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

---

Profª Aline Gabriele Pereira

---

Prof. Dr. Hormindo Pereira de Souza Junior – UFMG

Belo Horizonte, 03 de Dezembro de 2011.

## AGRADECIMENTOS

Agradecer é algo emocionante e indispensável na vida das pessoas.

Por isso quero agradecer a Deus que através de seu espírito me permitiu superar as expectativas.

Em especial a amabilidade de cada aluno, cada funcionário da Escola Municipal Dona Chiquinha. Foram eles que criaram e viabilizaram um espaço para eu me expressar, me expor e me fortalecer ainda mais como educadora.

Ao prefeito Roberto Antunes de Paiva por ter me proporcionado a realização deste conceituado curso juntamente com a Secretaria de Educação na pessoa de D. Aparecida Ramos Tucci que por vezes esteve disponível para sugerir e colaborar na realização desse trabalho.

À Rebeca que compartilhou comigo seus desejos, sonhos e, sobretudo seu conhecimento, transformando em uma grande amizade.

Também não poderia me esquecer deixar aqui minha gratidão e meus agradecimentos à solícita, dedicada amiga e orientadora Aline Gabriele pela valiosa colaboração, paciência e incentivo que me prestou durante todo o curso.

Saiba Aline, que o mundo precisa de pessoas como você que desenvolve a arte de pensar, sonhar e acreditar em uma educação melhor e verdadeira.

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o Projeto Político Pedagógico (PPP) da Escola Municipal “Dona Chiquinha”, identificando-o como instrumento de representação da Escola, numa dimensão política e pedagógica, como ferramentas de gestão democrática e de planejamento inovador, voltado para o trabalho coletivo numa proposta descentralizada permitindo que sejam traçados, prospectivamente, objetivos, metas e ações, devidamente acompanhados e avaliados ao longo do processo de execução, somados à experiência e participação de todo o segmento, como também do embasamento teórico de diferentes autores que contribuíram de forma eficaz e significativa para o desdobramento das intenções expressas, na construção de uma identidade própria, que se espera ser coerente com princípios históricos, filosóficos, sociais e educativos nesta proposta.

**Palavras chave:** Projeto Político Pedagógico; Gestão Democrática.

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	6
2. A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	7
3. O PPP COMO FERRAMENTA DESSA DEMOCRACIA.....	9
3.1 - Família: Forte aliada.....	11
3.2 - Professores: Co-Operadores do Processo Educacional.....	12
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	14
5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	15
6. ANEXO: Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Chiquinha.....	17

## 1 - INTRODUÇÃO

O tema o Projeto Político Pedagógico (PPP) como instrumento de representação da escola foi escolhido diante da necessidade de conduzir o trabalho educativo dispondo de todas as decisões dos segmentos escolares em relação às diferentes atribuições e competências administrativas, financeiras e pedagógicas da escola, proporcionando subsídios para que o educando desenvolva suas potencialidades e a capacidade de refletir, questionar, elaborar hipóteses, enfim, construir seu conhecimento.

A escolha da temática em questão teve como objetivo mostrar a importância social do Projeto Político-Pedagógico no contexto escolar uma vez que o seu processo de elaboração visa planejar a ação presente com vistas à transformação da realidade, pois é em função da melhoria dos serviços educacionais que se considera importante estruturar os princípios que norteiam as práticas educativas, pois o PPP implica pensar o tipo de escola que se pretende construir bem como a qualidade dos serviços prestados por ela.

Refletir e intervir em torno do planejamento escolar é objetivo específico construído de forma coletiva e dialógica, a fim de instigar o exercício e a construção da identidade institucional.

O que se pretende é analisar e refletir sobre o real significado do PPP perante a comunidade, a escola e todo o seu segmento e assegurar o cumprimento de todas as metas e ações apresentadas em sua elaboração.

Contudo, através a elaboração do PPP e de sua execução busca-se construir uma gestão democrática uma vez que esse processo se faz de forma coletiva.

Assim, faz-se necessário que a escola esteja preparada e servindo de estímulo para o fortalecimento e enriquecimento das inúmeras relações entre classe docente, discente, equipe gestora, família, comunidade local, enfim todos os envolvidos neste processo educacional, baseando-se no respeito, na participação efetiva, na delegação de responsabilidades, ajudando e consolidando autonomia, para a superação de situações-problemas e imposições que possam vir a afetar o cotidiano da escola sem perder de vista o objetivo maior da instituição educativa, que é a qualidade dos serviços prestados por ela, a partir da gestão democrática.

No presente trabalho pretende-se fazer uma abordagem sobre o PPP como instrumento de representação da escola, destacando alguns conceitos, teorias e

ênfatizando sua importância, necessidades e desejos na organização e integração da atividade prática da instituição escolar neste processo de transformação.

Todo esse trabalho foi baseado em materiais históricos e teóricos, obtidos de revistas e livros disponibilizados na biblioteca local, textos extraídos da biblioteca virtual do curso de Especialização em Gestão Escolar pela Faculdade de Educação da UFMG, como também de pesquisas realizadas na internet, legislações que regulamentam os assuntos conjugados com os ensinamentos dos autores das obras pesquisadas, fornecendo elementos indispensáveis para uma melhor percepção da realidade a qual se encontra em constante transformação.

Para tratar destas questões aqui expostas, este trabalho divide-se em 02 capítulos. O primeiro capítulo refere-se à importância da gestão democrática e o segundo capítulo trata do PPP como ferramenta dessa democracia.

Espera-se que esse trabalho possa contribuir teoricamente para o aprimoramento da escola, em consonância com uma gestão competente e democrática perante as necessidades e desafios que a escola possa encontrar.

## **2 – A IMPORTÂNCIA DA GESTÃO DEMOCRÁTICA.**

Para melhor compreender o tema deste trabalho é de suma importância refletir sobre gestão democrática e sua ligação direta com o PPP, no parecer de Parente (2008):

A gestão democrática, conduzida e coordenada pelo gestor é sustentada por um projeto pedagógico, elaborado e executado por todos os envolvidos na comunidade escolar. Esse processo deve fundamentar-se nos princípios que garantam a igualdade e participação, de forma a incentivar e assegurar a mobilização, a participação de todos os envolvidos, para possibilitar a expressão de suas ideias e sua discussão, consideradas no momento da decisão coletiva. (PARENTE, 2008, p.8)

Partindo deste pressuposto percebe-se que a gestão escolar constitui-se numa dimensão importantíssima da educação, uma atividade que requer responsabilidade e comprometimento, onde as ideias de cada segmento se completam durante a tomada de decisão ao promover a organização da escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seus art.12 e 13, incumbe os estabelecimentos de ensino alguns fatores como a elaboração e execução da proposta pedagógica envolvendo os docentes como também



articulação com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. No seu artigo 14, fica clara a definição de normas do ensino e como, conseqüência positiva, a busca de soluções estabelecidas pelo trabalho coletivo. (BRASIL, 1996).

Sendo assim, o que a LDB nos artigos 12 e 14 nos proporciona sobre gestão, é que se faz necessário uma mudança de mentalidade. Essa gestão convoca a comunidade e todos que estão nela inseridos, a agir como co-gestores e não apenas como meros receptores capazes de exercer somente aquilo que lhes é delegado.

A gestão deve estar a serviço da comunidade proporcionando um melhor ensino e, contudo, aumentando o conhecimento mútuo entre as necessidades dos alunos e os conteúdos ensinados pelos professores. (BARRETO, sd).

Participar ativamente das diferentes situações com as quais nos deparamos no dia-a-dia com objetivo de assegurar a organização é tarefa indispensável de todos.

A participação deve ser estendida como processo dinâmico e interativo que vai muito além da tomada de decisão, pois é caracterizado pelo inter-apoio na convivência do cotidiano da escola, na busca, pelos seus agentes, da superação das dificuldades e limitações e do bom cumprimento da sua finalidade social. Cabe lembrar que toda pessoa tem poder de influência sobre o contexto de que faz parte, exercendo-o, independentemente da consciência desse fato e da direção e intenção de sua atividade. (LUCK, 1998,p.13)

Assim, o gestor deve ter clareza de que para este cargo de liderança precisa-se estar ciente das implicações das atitudes cotidianas, da responsabilidade quando projetos são elaborados, mudanças são promovidas, decisões são tomadas em reuniões com pais ou com a comunidade escolar. (RIOS, 2010)

Administrar democraticamente o espaço escolar é uma atividade que exige comprometimento com o fazer educacional. Assim sendo, a dimensão política da gestão escolar é a ação de conduzir um projeto político pedagógico comprometido com a formação do cidadão; [...] “uma atividade que requer ética e competência”. Enfim, participar é tomar parte, é fazer parte, é ser parte da iniciativa. (Parente, 2008, p.8).

Portanto, não se pode ter um modelo padrão para o gerenciamento das atividades, uma vez que as pessoas e as situações são muito diversas entre si e é esse o desafio na rotina de gestão da escola, interação, democracia, liberdade de pessoal e a cooperação praticada no dia-a-dia com a equipe de trabalho. (PARENTE, 2008).

Nas palavras de Azevedo (2010, p.9) “A escola não pode ficar isolada. Ela é uma referência social, na qual o trabalho de parceiros se articula a favor do bem-estar do educando e da qualidade da Educação”.

### **3 - O PPP COMO FERRAMENTA DESSA DEMOCRACIA.**

Neste capítulo, apresentamos o PPP no contexto da gestão democrática, reconhecendo sua importância para a autonomia e organização da escola, numa elaboração coletiva de todos os envolvidos nesse processo.

Falar sobre o projeto pedagógico (PPP) da escola, considerando a realidade educacional do Brasil de hoje, necessariamente nos leva a fazer a sua ligação com as práticas de gestão que nela têm tido curso. Isto porque, dentre outros aspectos, uma das efetivas conquistas que as forças progressistas conseguiram registrar na Constituição de 1988 e referendar na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996 foi a gestão democrática do ensino público como um dos princípios em que deve se assentar a Educação Nacional. (AZEVEDO, s.d, p.1)

Para tanto, desempenhar as funções inerentes a esse cargo nada mais é que elaborar um PPP que retrate as reais necessidades da escola e, compartilhar este trabalho é essencial para uma gestão democrática, pois só ela irá permitir que ele cumpra o seu papel, que realmente represente a realidade, os desejos e necessidades de todos os envolvidos que não só gestores e professores, mas que também funcionários, alunos e familiares se sintam atores da organização escolar.

Toda escola tem objetivos que deseja alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-los, é o que dá forma e vida ao Projeto Político Pedagógico. [...] as próprias palavras que compõem o nome do documento dizem muito sobre ele: É PROJETO porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. É POLÍTICO por considerar a escola como um espaço de formação de cidadãos conscientes, responsáveis e críticos, que atuarão individual e coletivamente na sociedade, modificando os rumos que ela vai seguir. É PEDAGÓGICO porque define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem. Ao juntar as três dimensões, o PPP ganha a força de um guia – aquele que indica a direção a seguir não apenas para gestores e professores, mas também funcionários, alunos e famílias. Ele precisa ser completo o suficiente para não deixar dúvidas sobre essa rota e flexível o bastante para se adaptar às necessidades de aprendizagem dos alunos. (LOPES, 2010.p.23).

Portanto, a elaboração do PPP viabiliza uma melhor organização da escola, uma vez que define todos os objetivos, as metas e ações a serem alcançados através do trabalho em equipe, contribuindo com o desempenho de novas

habilidades para todos os segmentos, permitindo aferir a aprendizagem e qualidade do ensino.

Muito se tem falado sobre PPP, porém, algumas escolas por alguns descuidos ainda não conseguem elaborá-lo, desconsiderando os anseios da comunidade escolar e o que realmente a escola necessita, comprometendo a sua eficácia, tornando-se um documento sem efetivação, “fictício”, ou seja, a escola tem somente por ter ou ainda porque necessita.

Alguns descuidos no processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico podem prejudicar sua eficácia e devem ser evitados; é o caso da compra ou encomenda do PPP à pessoas fora do contexto escolar. Manter o mesmo PPP por anos consecutivos sem análise e revisão é outro erro, uma vez que a escola está sempre em processo de transformação a cada ano e, portanto, devem-se levar em conta as mudanças e os novos alunos que estão por vir. Deixar o PPP engavetado, impedindo o acesso e manuseio à comunidade escolar e local é também prejudicial e comprometedor, pois, este deve ser acessível a todos. A tomada de decisão de forma individual é outro fator negativo, que está extremamente contrário às ideias democráticas presentes no PPP, que por sua vez precisa da participação efetiva de todos focado no mesmo objetivo. (LOPES, 2010).

Envolver a comunidade nesse trabalho e compartilhar a responsabilidade de definir os rumos da escola é um desafio e tanto. Mas o esforço compensa: Com um PPP bem estruturado, a escola ganha uma identidade clara e a equipe, segurança para tomar decisões. (LOPES, 2010, p.24).

Sabendo disso, é necessário considerarmos os fatores que são indispensáveis, e auxiliam na elaboração do PPP democrático e que atendem às expectativas e anseios de todos os envolvidos neste processo.

Dessa forma, buscamos destacar a importância da família e dos professores que são essenciais e contribuem com os projetos da instituição já que ela existe para atender à sociedade. E a integração das famílias no processo pedagógico é garantida tanto pela LDB como pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e o professor, por sua vez, deve estar atento a essas informações e orientações para que possa desempenhar e oferecer condições adequadas de trabalho, pautado, nas referidas leis.

### 3.1 - Família: Forte aliada

Primeiramente voltamos nossos olhares para a família, pois, o ambiente educativo familiar pode contribuir com os projetos da instituição e participar da tomada de decisões. Abrir a escola para a participação cada vez mais efetiva dos pais é abrir-se para relações cada vez mais democráticas permitindo que eles venham a se envolver ativamente no funcionamento da escola e da turma. Quanto maior essa participação maior o compromisso com a escola e com o bom desenvolvimento do ensino e da aprendizagem. (BORGES, 2004).

Mas, é necessário termos cautela ao estabelecer essa relação com a família. A escola não deve ser autoritária, nem a família deve impor as normas para a escola do que deve ser decidido no PPP. Assim, conforme dito por Borges (2004, p.62), “embora se fale muito na integração família/escola, grande parte dos diretores ficaria extremamente feliz se as famílias os deixassem em paz”.

Podemos citar como exemplo a escola que responsabiliza e culpa os pais dos problemas dos alunos que acontecem no dia-a-dia escolar (evasão, indisciplina, distorção idade-série, entre outros), ou seja, transfere aos pais toda a culpa, decide e ordena o que deve ser feito. Os pais, por sua vez desacreditados desse modelo, agem com desconfiança, preferem se omitir, por medo ou pela transferência de responsabilidade, pela imposição de culpa ou até mesmo por falta de informação. Em consequência, elabora-se um PPP fora da realidade, complexo, com um planejamento centrado apenas para se cumprir a exigência da lei.

Borges (2004), ainda afirma como deve ser essa relação, pois, hoje em dia, ela é mais aberta, tornando-se cada vez mais democrática.

A escola, hoje, tem necessidade de falar menos e ouvir mais. Precisa ser menos presunçosa, mais humilde, aprender também, e não apenas ensinar. O perigo, se não houver princípios e valores que sustentem a instituição, é perder o rumo, ficar à deriva. É preciso ouvir mais e não demais. Democratizar as relações é o caminho. (BORGES, 2004, p.63)

Por isso, essa relação trata-se de uma proposta de trabalho de fundamental importância para se construir a escola democrática e de qualidade que todos nós almejamos e que a sociedade está a exigir. Priorizar a participação da família e compartilhar a responsabilidade nesse trabalho é essencial na elaboração e execução do PPP em prol de uma gestão democrática.

Diante disso, podemos perceber e compreender que a família e toda a equipe da escola devem ser chamadas a participar de forma coletiva, pois é a partir daí que resultará a finalidade mais ampla a ser marcada na proposta de trabalho da escola, assim como os objetivos que deverão norteá-la e que conduzirão a ação de cada um no seu dia-a-dia. A escola estará construindo uma identidade coletiva, baseada em princípios fundamentais comuns e, definidos com a participação de todos num processo de reflexão.

O PPP é um trabalho que exige maior interação e participação de um coletivo com propostas de ações voltadas para a autonomia administrativa, pedagógica e financeira.

O PPP da escola deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nessa direção, o PPP ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição para consolidar a vontade de acertar, no sentido de *educar bem* e de cumprir o seu papel na socialização do conhecimento. Assim, o PPP deve expressar qual é o cerne, o eixo e a finalidade da produção do trabalho escolar. (OLIVEIRA, s.d, p.1)

### **3.2 - Professores: Co-Operadores do Processo Educacional**

Qualquer realização numa escola depende da contribuição das pessoas; na maioria das vezes depende da participação do professor, que por sua vez tem um papel indispensável no PPP.

Segundo Borges (2004), em qualquer processo de mudança na educação o professor deve ser considerado como o elemento fundamental. Caso contrário corre-se o risco da mudança jamais chegar à sala de aula, ou chegar de tal forma que mesmo as melhores ideias sejam incapazes de gerar bons frutos.

É necessário, portanto, orientações para que os professores coloquem em prática o seu plano de ação a fim de gerar soluções duradouras aos desafios escolares, de modo que se tornem mediadores no processo ensino-aprendizagem e com isso direcionem seus olhares para a educação, reconhecendo a importância da aprendizagem para os alunos e equipe.

O comprometimento com o trabalho, o aperfeiçoamento contínuo de ação coletiva, espírito de equipe e a aprendizagem permanente, fortalecem a conexão entre o desenvolvimento de si próprio como também dos alunos, e essa relação de

reciprocidade beneficia de maneira crescente o bom funcionamento da escola, validando o PPP e contribuindo assim com o grande desafio da gestão democrática.

Fazer parte de uma equipe significa ter papel ativo nos rumos da escola. Isso inclui trabalhar junto com demais professores e funcionários propondo melhorias através do trabalho orientado.

Ainda segundo Borges (2004), o diretor precisa ter o professor como parceiro privilegiado e batalhar consecutivamente para que esse parceiro tenha as melhores condições de trabalho. O professor deve estar atento para valorizar a articulação com os gestores envolvendo-se em debates na elaboração e execução do PPP da escola, contribuindo com ajustes conforme sua experiência.

É fundamental que o professor tome conhecimento de seu trabalho, identificando os problemas que podem ser apontados nas reuniões de equipe buscando soluções coletivamente. (BORGES, 2004).

É preciso assegurar qualidade de vida ao professor, e isto tem a ver com salário digno, ambiente de trabalho apropriado (salas bem-iluminadas, ventiladas, número adequado de alunos, sanitários limpos, espaços próprios para atividades físicas, para recreios, cantinas, etc.), plano de saúde, plano de carreira e salários, complementação da aposentadoria, liberdade de associação, respeito aos acordos intersindicais, processo sistemático de educação e de treinamento, tempo de lazer, segurança no trabalho. (BORGES, 2004, p.59)

Salas lotadas, rotina puxada, salários defasados e indisciplina. Se não é fácil fugir dessa realidade, é essencial tentar lidar com ela.

A falta de professores é um dos sérios desafios da educação brasileira na atualidade. Isso se deve certamente, à desvalorização da profissão, ressaltada em situações como as descritas acima por Borges (2004). As condições de trabalho que muitas vezes não permitem ao professor assumir somente um cargo em uma escola, necessitando trabalhar em outra para compor sua renda, demonstram a precarização do trabalho docente.

E na convivência com professores, percebe-se com facilidade, quando a profissão foi escolhida e quando foi imposta pelas circunstâncias da vida. Percebe-se, também, com a mesma facilidade, quando há comunhão entre os objetivos pessoais e os da instituição.

Por esses e tantos outros motivos vem aumentando o desinteresse de graduandos nos cursos de pedagogia e licenciatura nos últimos tempos, se tornando

hoje um dos grandes desafios para o governo, o qual necessita da busca de estratégias para a melhoria da qualidade do ensino. (BORGES, 2004)

Oferecer oportunidades de crescimento através da formação continuada aos profissionais é fundamental, como também a valorização do magistério, garantindo como uma mera alternativa às pessoas que ainda não decidiram a que profissão exercer ou ainda aquelas que demonstram interesse e afinidade na área educacional. (BORGES, 2004).

Esse investimento é essencial e gera boas condições de trabalho. Muitos são os municípios que incluíram a boa política de formação a seus profissionais. Citamos como exemplo o curso de pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais em Gestão Escolar, que vem garantindo e contribuindo favoravelmente para o trabalho de gestores e se refletindo positivamente nas escolas.

#### **4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao finalizar este trabalho, tornou-se possível perceber que o Projeto Político-Pedagógico como instrumento de representação da escola é um documento fundamental para a organização e bom andamento da mesma, permitindo desenvolver de maneira satisfatória uma educação inovadora, descentralizada e condizente com todos que dela faz parte. E cada vez mais contando com a participação de todos os segmentos do ambiente escolar, o PPP permite aos gestores escolares uma aproximação maior não só da equipe docente, com quem divide metas e ações, como também dos alunos, que uma vez agentes participativos, contribuem decisivamente na busca de resultados.

É importante considerar que a Escola Municipal “Dona Chiquinha” ao elaborar seu PPP, apresenta suas necessidades almejando resultados positivos decorrentes do planejamento adotado em sua execução de forma coletiva, aumentando a proposição de um trabalho político e pedagógico, buscando de forma ativa a investigação e reformulações que precisam ser feitas em decorrência da realidade escolar, garantindo a construção de uma escola de qualidade acadêmica e social.

Todavia, ainda que devidamente planejado, coletivamente elaborado, é imprescindível que o PPP seja posto em prática todos os dias, uma vez que mostra o que é a escola, o que ela pretende ser em termos de referencial à educação, quais

as metas e ações preestabelecidas, buscando assim, atingir os reais objetivos apresentados, decorrentes da participação conjunta e integrada dos membros de todos os segmentos da comunidade escolar.

Este trabalho resulta no comprometimento de um novo processo de gestão escolar, sustentada por um projeto político pedagógico que possibilite a articulação de uma decisão coletiva, garantindo a democratização no ambiente educacional.

E parafraseando a canção de Renato Teixeira “Cada um de nós compõe a sua história, cada ser em si, carrega o dom de ser capaz e ser feliz...”, é o que toda equipe da Escola Municipal Dona Chiquinha almeja e propõe acontecer.

## 5 - REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AZEVEDO, Aniellis de Sousa. A parceria que funciona. **Revista Nova Escola: Gestão Escolar**, n.10, 2010. p.9.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. **O projeto político-pedagógico no contexto da gestão escolar**. disponível em [www.tvbrasil.com/salto](http://www.tvbrasil.com/salto). Acesso em 23 de julho de 2011.

BARRETO, Elba Siqueira de Sá. **A participação na escola: contribuição para a melhoria da qualidade da educação**. disponível em [www.tvbrasil.com/salto](http://www.tvbrasil.com/salto). Acesso em 23 de julho de 2011.

BORGES, Pedro Faria. A gestão da escola. Artmed/Rede Pitágoras, **Coleção Escola em Ação**; 4. 65p. 2004.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

LOPES, Noêmia. PPP na Prática/ reportagem de capa, escrita por Lopes na revista. **Revista Nova Escola: Gestão Escolar**, n.11, dezembro2010/janeiro 2011. p.22 - 28.

LUCK. Heloísa. A dimensão participativa da gestão escolar. /reportagem escrita por Luck na revista. **Revista Gestão em Rede**. P.13-17, agosto/1998.

OLIVEIRA, João Ferreira de. **A construção coletiva do projeto político-pedagógico da escola**. Disponível em [www.tvbrasil.com/salto](http://www.tvbrasil.com/salto). Acesso em 23 de julho de 2011.



PARENTE, Francisca Francirene Tomaz. Uma atividade que requer ética e competência. / reportagem escrita por Parente na revista. **Revista Gestão em Rede**, edição n.90, Nov.2008.

RIOS, Terezinha Azerêdo. A política do dia a dia. **Revista Nova Escola: Gestão Escolar**, n.11, Dezembro 2010/Janeiro 2011.

**6 – ANEXO:** Projeto Político Pedagógico da Escola Municipal Dona Chiquinha



## **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**

**REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA**

**ZENAIDE GABRIEL ALVINO**

BELO HORIZONTE/

2011



**REBECA BERCKMANS MARQUES TOLEDO LANA**  
**ZENAIDE GABRIEL ALVINO**

Projeto Político Pedagógico apresentado ao Curso de Especialização (Latu Sensu) em Gestão Escolar da Faculdade de Educação, Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Viviane Aparecida Rodrigues.

BELO HORIZONTE/

2011

## SUMÁRIO

1 – Introdução .....	4
2 – Finalidades da Escola .....	5
3 – Estrutura Organizacional .....	7
4 – Currículo .....	8
5 – Tempo Escolar.....	10
6 – Processos de Decisão .....	11
7 – Relações de Trabalho. ....	13
8 – Avaliação. ....	15
9 – Bibliografia .....	17

## 1 – INTRODUÇÃO

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” situada em Mercês – MG foi criada como Escola Estadual pelo decreto nº 7433 de 28 de fevereiro de 1964 e instalada no dia 01 de outubro de 1965, sendo governador do Estado de Minas Gerais o Dr. José Magalhães Pinto. Tem este nome em homenagem à professora Francisca Gaede de Albuquerque, conhecida e chamada carinhosamente de “Dona Chiquinha” que foi eminentemente educadora e primeira diretora da Escola Estadual “Sena Figueiredo” de Mercês – MG.

Pela resolução nº 870/74 de 06 de outubro de 1974, recebeu a denominação de Escola Estadual “Dona Chiquinha”. No que se refere aos artigos 10 e 11 da Lei Federal nº 9394, de 23 de dezembro de 1996, no artigo 31 da resolução CEE nº 306 de 19 de janeiro de 1984; no parecer nº 838 de 08 de janeiro de 1994, ocorreu a municipalização da Escola Estadual “Dona Chiquinha” de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, que passou a denominar-se Escola Municipal “Dona Chiquinha”, de Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série, localizada à Rua Nossa Senhora da Assunção, S/N, no município de Mercês – MG.

Atualmente a escola oferece a Educação Básica: Ensino Fundamental de 09 anos (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo Regime seriado com progressão regular, atendendo aproximadamente 210 alunos em dois turnos (manhã e tarde). Vale ressaltar, que em cada turno funcionam turmas do 1º ao 5º ano e uma sala de reforço.

Com isto, a instituição escolar compõem-se ao todo de 30 funcionários, sendo 10 professores regentes, 2 professores recuperadores, 2 professores eventuais, 2 bibliotecárias, 1 supervisora, 1 orientadora, 3 secretárias, 1 diretor e 8 serviçais. A escola ainda conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalho este em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e as famílias, oferecendo especialistas como psicóloga e fonoaudióloga, bem como assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estrutura familiar.

A execução do projeto da escola está prevista nas orientações da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB 9.394/96, da Constituição Brasileira, do Estatuto da Criança e do Adolescente e do disposto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) com, a Resolução SEE nº 1086, de 16 de abril de 2008, Decreto Municipal 006/2004.

Neste sentido, elaborar um projeto político pedagógico significa diagnosticar os problemas existentes com o intuito de definir metas e possíveis soluções que precisam ser tomadas para alcançá-las, definidos pelas instâncias de participação democrática.

Assim, conforme dito por Oliveira (2005),

[...] o PPP deve ser visto como um processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, tendo por base a construção de um processo democrático de decisões que visa superar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina burocrática no interior da escola. (OLIVEIRA, 2005, p.2)

Dessa forma, pensamos que o PPP de uma escola depende do trabalho coletivo, estando diretamente ligado à sua elaboração, ao diretor escolar e à equipe pedagógica com a participação coletiva de todo o membro da escola que dele participe como professores, funcionários, pais, alunos representantes e conselho escolar. Tudo isso, torna-se eficiente com o único objetivo que é tornar a escola de amanhã diferente da de hoje. E para isto, precisamos ter a consciência clara de um projeto inovador que valorize a escola que temos.

Com o envolvimento da comunidade, a escola deixa de ser um órgão simplesmente estatal para se tornar público, no qual cada decisão tomada deve ser política e pedagógica. Desta forma, para o sucesso da escola, o vínculo entre família e escola em proveito da educação tem de ser permanente, podendo surgir alguma resistência às mudanças e necessidade de promover ajustes, mas é na discussão coletiva dos participantes do processo escolar, que iremos superar conflitos e determinar possibilidades e limites para a execução do projeto.

## **2 – FINALIDADES DA ESCOLA**

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem por finalidade desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável e fornecer-lhe meios para sua progressão e qualificação no trabalho e em estudos posteriores, inspirados nos princípios de liberdade, nos ideais de solidariedade humana, no pleno desenvolvimento do educando e seu preparo para o exercício da cidadania.

Sendo assim, conforme estabelece o artigo 32 da lei de diretrizes e base da educação nacional,

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 (nove) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores; o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social. (LEI nº 9.394, 1996)

Todavia, sabemos que a sociedade brasileira vem enfrentando desigualdades nos aspectos sociais, econômicos e culturais, e com isto, muitos nunca tiveram acesso a uma escola, vítimas das transformações políticas e econômicas que vem ocorrendo em nossa sociedade contemporânea e, assim, buscam conquistar e manter seus direitos perante a sociedade.

Na perspectiva da garantia de igualdade, a instituição assume o papel indispensável no processo educativo, no intuito de propiciar situações ao pleno desenvolvimento do aluno com valores éticos e culturais tornando-se cada vez mais um cidadão livre e consciente e para que possa conviver bem em sociedade.

Dessa forma, o que fazer para que a educação de qualidade chegue a todos os brasileiros, independentemente do contexto social a que pertençam? Qual o papel da escola na vida humana? O que temos feito para promover o desenvolvimento integral de cada indivíduo?

Nessa perspectiva, do ponto de vista da garantia igualdade, e no intuito de propiciar situações ao pleno desenvolvimento do aluno com padrões morais e éticos para que possa conviver bem em sociedade, tornando-se cada vez mais um cidadão livre e responsável a relação professor-aluno e aluno-aluno assumem papel indispensável no processo educativo.

Está é a verdadeira preocupação da escola, que busca construir valores e conhecimentos que instrumentalizem o aluno para atuar crítica e participativamente na construção de uma sociedade mais justa e com o pleno exercício da cidadania, considerando a própria existência do indivíduo e da comunidade na qual está inserido.



### 3 – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem seu trabalho pedagógico organizado de forma coletiva, direcionada e contextualizada.

Atualmente, oferece a Educação Básica: Ensino Fundamental de 09 anos (1º ao 5º ano), optando nesta modalidade pelo regime seriado com progressão regular. Atende aproximadamente 210 alunos em 2 turnos (manhã e tarde), funcionando em cada turno turmas do 1º ao 5º ano e uma sala destinada as atividades de recuperação paralela.

Para tanto, as turmas são organizadas com no mínimo 17 alunos e no máximo 25 (vinte) alunos o que permite ao professor acompanhar adequadamente o desenvolvimento de cada educando.

São ao todo 30 (trinta) funcionários, sendo 10 (dez) professores regentes, 2 (dois) professores recuperadores, 2 (dois) professores eventuais, 2 (duas) bibliotecárias, 1 supervisora, 1 orientadora, 3 (três) secretárias, 1 (um) diretor e 8 (oito) serviçais.

Além disto, a escola funciona em prédio próprio com 2 pavilhões. O primeiro pavilhão é constituído de 5 (cinco) salas de aula equipadas com carteiras e cadeiras individuais, mesa e cadeira para professor, quadro de giz, mural multiuso pedagógico, armário de aço e ventilador e o segundo é constituído de biblioteca, diretoria, secretaria com 2 (dois) computadores com acesso à internet e um notebook para trabalhos do diretor, sala de professores e um banheiro de uso exclusivo aos funcionários; sanitário feminino com 4(quatro) divisórias, um masculino com 2(duas) divisórias e um mictório; refeitório, cantina, uma sala de aula; área pavimentada para atividades de recreação.

Além disso, a escola possui 02 (dois) aparelhos de DVD e 2(dois) televisores. Quanto ao acervo bibliotecário, estamos renovando-o através do Ministério da Educação, por intermédio do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), acervos formados por obras pedagógicas complementares aos livros didáticos, para uso em sala de aula dos alunos do 1º e 2º anos e acervo literário para atendimento aos alunos do 1º ao 5º anos.

Atualmente, aguardamos recursos do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), verba esta que pretendemos aumentar ainda mais o acervo que se encontra bem escasso e ampliação de salas proporcionando maior conforto às crianças além de melhorar a socialização das turmas com espaço satisfatório.

No que se refere à organização financeira, a unidade mantenedora desta escola é a Prefeitura Municipal, sendo que a escola é unidade executora, pois, recebe recursos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), verba esta depositada anualmente, e supre precariamente as carências desta instituição, na parte pedagógica e melhoria de equipamentos necessários para o funcionamento da escola.

No que se refere à parte pedagógica, prioriza-se o trabalho coletivo a partir de reuniões quinzenais para elaboração do planejamento e de projetos, aproveitando o momento do encontro para fazermos uma reflexão e avaliação dos trabalhos desenvolvidos como também a troca de experiências visando a participação de todos os envolvidos no processo educacional.

Para uma maior organização a escola conta com o apoio do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), trabalho este em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e com as famílias, oferecendo especialistas como psicóloga e fonoaudióloga como também assistente social nos casos de evasão escolar ou falta de estrutura familiar.

#### **4 – CURRÍCULO**

A proposta curricular da escola leva em consideração a concepção do educando e da sociedade que se quer formar, assegurando o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos, sendo cada tópico de ensino-aprendizagem analisado nas suas relações com as necessidades de cada aluno.

Neste sentido, a organização do trabalho escolar, a postura de educadores e a forma de organização dos conteúdos, além de conhecimentos, experiências e habilidades inerentes às matérias fixadas na Base Nacional Comum, devem considerar uma parte diversificada, de acordo com a realidade da escola. Em outras palavras, assegurar o tratamento interdisciplinar e contextualizado dos conteúdos, sendo cada tópico analisado nas suas relações com as questões sociais e econômicas do contexto passado e vigente, permitindo ligação de alguma forma ao

dia-a-dia do aluno e a outros conteúdos. Para tanto, serão utilizadas outras metodologias, a critério dos professores, tais como ressignificação dos conteúdos, investigação, trabalhos individuais, trabalhos em grupo e projetos interdisciplinares.

Um dos trabalhos desenvolvidos na parte diversificada em literatura infantojuvenil está direcionado ao projeto de leitura desenvolvido através da “Hora do Conto”. Este projeto é realizado quinzenalmente onde cada professor realiza juntamente com seus alunos dramatizações voltadas para obras literárias explorando suas essências de forma prazerosa, criativa e similar tendo como finalidade despertar o gosto pela leitura e pelas artes.

Diante de várias situações-problemas e datas comemorativas, a escola buscará meios de discutir e refletir o trabalho com projetos onde trará uma nova perspectiva para entendermos o processo de ensino e aprendizagem.

Ao participar de um projeto, o aluno estará envolvido em uma experiência educativa em que o processo de construção de conhecimento estará integrado às práticas educacionais a serem trabalhadas ao longo do ano letivo. Já é prática da escola elaborar como objetivo prioritário, uma forma de diagnosticar os problemas provenientes do processo de aprendizagem, criando assim um plano emergencial, realizado com todos os professores e séries e, conseqüentemente, serão assessorados pelo corpo administrativo e pedagógico da escola.

Portanto, para alcançar o êxito necessário à aprendizagem, o currículo precisa de vivência, realidade e observar “as necessidades” dessa nova geração.

Ademais, a produção de conhecimento nas proposições curriculares, no âmbito escolar; levará em consideração os Temas Transversais que serão contemplados em todas as disciplinas através de projetos. A preparação para o trabalho – desenvolver-se-á integrada aos conteúdos da Base Nacional Comum e da parte Diversificada, como elemento de formação integral do aluno; a História, Cultura Afro-brasileira e Povos Indígenas Brasileiros em que os conteúdos serão ministrados no âmbito de todo o currículo, em especial nas disciplinas de Língua Portuguesa, História e Artes.

O conteúdo de Ensino Religioso está voltado para a prática de valores éticos ressaltando o respeito a si próprio e ao outro.

A escola integra em seu espaço escolar, a inclusão de alunos com necessidades Educacionais, tendo como princípios norteadores a Lei de Diretrizes e Base Nacionais (Lei nº 9394/96). Neste sentido, encontra-se em andamento a sala de Recursos Multifuncionais para Atendimento Educacional Especializado (AEE),

constituída de equipamentos de informática, mobiliários e materiais didáticos pedagógicos, oferecido através do Ministério da Educação por intermédio da Secretaria de Educação Especial – SEESP.

O professor da sala de atendimento educacional especializado deverá ter curso de graduação, pós-graduação e /ou formação continuada que o habilite para atuar em área de educação especial para atendimento às necessidades especiais dos alunos, pois de acordo com sua área específica, o professor deverá desenvolver conhecimentos acerca de comunicação aumentativa e alternativa, sistema Braille, orientação e mobilidade, Ensino da Língua Brasileira de Sinais – Libras, atividades de vida diária, atividades cognitivas, aprofundamento e enriquecimento curricular, estimulação precoce, entre outros.

Sendo assim a escola busca atender, aceitar e respeitar as diferenças, ampliando as condições de participação e aprendizagem dos alunos, público-alvo da educação especial, garantindo o acesso e a permanência desses alunos em nossa escola.

Quanto aos alunos que apresentam dificuldades de aprendizagem, a escola oferece a recuperação paralela, com o monitoramento no contraturno às aulas, através do professor recuperador ofertado três vezes por semana com duração de duas horas, priorizando as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática. Portanto, no decorrer do ano letivo, o aluno que não atingir os 50% de aproveitamento será pleiteado à recuperação final, sendo eliminada toda a sua pontuação anual e validada a média final através de uma avaliação global no valor de 100 pontos.

Contudo, a escola, inspirada nos princípios de liberdade e solidariedade humana, busca proporcionar ao educando a formação necessária ao desenvolvimento de suas potencialidades e preparação para o exercício de cidadania , tendo em vista atender alunos, pais e comunidade escolar, visando uma integração social, humanitária e igualitária.

## **5 – TEMPO ESCOLAR**

A escola busca atender as particularidades de sua comunidade escolar através de dois turnos com um tempo de quatro horas e vinte minutos (4h 20 min) para cada um diariamente, num total de vinte e uma horas e quarenta minutos (21h 40 min.) semanais com o aluno, perfazendo um total de oitocentos e vinte horas (820 horas)

anuais. Sendo quinze minutos (15 min) de intervalo, destinados à merenda escolar, às necessidades individuais de higiene e recreação e o restante da carga horária é destinado à formação dos alunos através dos conteúdos do núcleo comum.

Quanto ao professor e demais funcionários perfazem um total de vinte e cinco horas (25 horas) semanais, sendo o tempo adicional destinado a reuniões pedagógicas quinzenalmente, visando à qualificação profissional do corpo docente, contando com o apoio do gestor, supervisor e orientador.

Neste sentido, organizar bem o tempo, planejar de acordo com as necessidades de cada aluno e promover um ambiente de cooperação são questões essenciais para o sucesso do professor que aproveita o horário de trabalho pedagógico coletivo para compartilhar ideias, articular conteúdos, planejar projetos em grupos e pensar em diferentes estratégias e materiais para utilizar em sala de aula, medidas indispensáveis para construir uma escola de qualidade.

Além disto, a escola conta com o envolvimento e disposição de outros segmentos da sociedade no processo de ensino aprendizagem dos alunos, como por exemplo, a interlocução contínua com as famílias e todo segmento escolar, além das aulas de recuperação paralela oferecidas às crianças que apresentam dificuldades de aprendizagem no contra turno ao horário de aula as quais são ministradas por professores habilitados.

Na recuperação paralela as aulas são preparadas no contexto em que as necessidades dos alunos são apresentadas dentro da metodologia estabelecida pelo currículo.

## **6 – PROCESSOS DE DECISÃO**

A administração da Escola Municipal “Dona Chiquinha” é composta pela diretoria, professores, colegiado, conselho deliberativo, alunos, as famílias e comunidade escolar, secretaria, supervisão e Secretaria Municipal de Educação e Cultura com base nos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Neste sentido, para tomada de decisões, haverá reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias, de cunho administrativo, financeiro e pedagógico envolvendo todo segmento escolar para discussão e formulações de medidas mais efetivas na melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem.

Nas reuniões são abordadas questões de planejamento, interação com o grupo, entrega de resultados de avaliações bimestrais, prestações de contas e questões de relevante interesse no dia a dia escolar para o bom funcionamento da escola, visando participação ativa no processo de decisão e fortalecendo as relações interpessoais no espaço escolar, requisito essencial para uma gestão democrática.

A escola conta com o apoio do colegiado para definir as prioridades e alternativas e na sua construção coletiva procura trabalhar os conflitos e os desafios que encontram no desenvolvimento da educação escolar.

A escolha dos membros do colegiado da Escola Municipal “Dona Chiquinha” tem base legal no capítulo 2 e art. 16 a 30 do Regimento Escolar, aprovado em 09/09/2008, registro nº. 412, livro 01, página 31 da 3ª Superintendência Regional de Ensino (SRE) / MG.

O Conselho escolar é um colegiado com membros de todos os segmentos da comunidade escolar com a função de gerir coletivamente a escola, dentro dos princípios de democracia, discutir politicamente os problemas reais da escola. De cunho deliberativo, consultivo, normativo e fiscalizador. É composto por representantes e seus respectivos suplentes: presidente (diretor), secretário, tesoureiro, três conselheiros (pais de alunos), professores e auxiliares de serviços escolares.

De acordo com Abranches (2003), o conselho pode ser caracterizado como um órgão de decisões coletivas, capaz de superar a prática do individualismo e do grupismo. O autor acrescenta ainda que se o conselho for realmente formado por todos os componentes, ele deve alterar progressivamente a natureza da gestão da escola e da educação, pois deverá intervir positivamente na qualidade dos serviços prestados pela escola.

## **7 – RELAÇÕES DE TRABALHO**

A Escola Municipal “Dona Chiquinha” busca oferecer em seu espaço, uma interação constante entre os segmentos do cotidiano escolar, favorecendo o diálogo e a colaboração para o clima de amizade, confiança e respeito, destacando o comportamento ético que promova a vivência nos trabalhos coletivos.

Para tanto, contamos com a participação dos professores, demais funcionários e alunos, priorizando a participação de pais, criando um vínculo de cooperação, respeito às diferenças e o cuidado com o outro.

As reuniões são planejadas pela administração escolar no intuito de proporcionar:

a) reuniões pedagógicas bimestrais para elaboração do planejamento;

b) reuniões pedagógicas quinzenais visando maior interação e troca de experiências, inclusive, intervenções que colaborem para que todos os alunos avancem em relação ao conteúdo tratado.

c) conselhos de classe com a direção, professores e pedagogos realizados por bimestre para verificação de aproveitamento de ensino; O conselho de classe tem como objetivo avaliar as dificuldades e apontar soluções para alunos e a turma que necessitam de atendimento diferenciado.

d) reuniões administrativas semestrais junto ao executivo para sanar problemas da Rede de Educação Municipal no que se refere à parte administrativa e a financeira da escola, como aquisição de materiais e equipamentos necessários para manutenção do prédio escolar.

e) reuniões bimestrais e quantas se fizerem necessárias com pais, tendo em vista o desenvolvimento dos alunos onde são discutidas melhorias na qualidade do ensino apresentados em tabelas e gráficos por disciplinas visando maior participação e interação dos mesmos no processo educacional.

f) comunicado aos pais sobre decisões ou mudança no calendário escolar; festividades, dentre outros;

g) Reuniões bimestrais para entrega dos boletins escolares com a presença da diretora, participação de pedagogos, professores e pais com a finalidade de apresentar assuntos referentes ao desempenho escolar dos alunos.

h) Redefinir e organizar o currículo escolar a partir de discussões embasadas nos Parâmetros Curriculares e realidade dos alunos;

i) Proporcionar igualdade de oportunidade aos alunos com necessidades especiais para o acesso e permanência na escola;

j) Propiciar cursos de atualização e capacitação para funcionários e professores, com temas relacionados ao trabalho escolar e relação interpessoal;

Mediante as ações citadas, a gestão democrática na escola visa uma participação coletiva para que todos os envolvidos no processo possam juntos discutir, refletir e sanar parcialmente questões inerentes ao processo atual da educação municipal e ao desenvolvimento intelectual, social, moral e afetivo de nossos alunos e professores, para que possam atuar conjuntamente na relação aprender e ensinar com qualidade, desenvolvendo as habilidades de ambas as partes.

Nesse pressuposto, a escola busca realizar reuniões com professores, de acordo com o calendário escolar e com as necessidades apresentadas no âmbito das decisões coletivas, no intuito de consolidar ações que visem à melhoria da qualidade de ensino, na formação docente e na aprendizagem dos alunos.

Quanto à organização das atividades sociais e culturais na escola ficará a cargo da Secretaria Municipal de Educação e da Direção Escolar visando socialização e entrosamento entre todos os educadores, sendo realizadas periodicamente.

Contudo, o corpo docente e técnico-administrativo podem se aperfeiçoar com apoio da Secretaria Municipal de Educação em cursos para que possam se atualizar e principalmente rever sua prática pedagógica em conformidade com o disposto no calendário escolar.

A gestão escolar influencia esta relação através de projetos, oficinas, jogos, palestras, reuniões, festas etc, onde pais, alunos, professores e toda equipe escolar se reúnem e trabalham juntos em prol da melhoria da qualidade do ensino.

## **8 – AVALIAÇÃO**

Para a avaliação pedagógica do processo de ensino-aprendizagem da Escola Municipal “Dona Chiquinha”, a instituição tem como princípio a idéia de que a avaliação é um importante mecanismo para gestão escolar, uma vez que a escola busca identificar os avanços e dificuldades a serem sanadas.



Assim, conforme Souza (2010),

A avaliação da escola deve ser diferenciada da avaliação da aprendizagem dos alunos, mesmo que ambas estejam bastante relacionadas e sejam, inclusive interdependentes. Avaliação da aprendizagem [...] serve tanto para análise do desenvolvimento da aprendizagem dos alunos quanto com parâmetro para avaliação do trabalho do professor. A análise das condições institucionais da escola pode ajudar, diversas vezes, inclusive a explicar os resultados da avaliação da aprendizagem e a avaliação da aprendizagem, por seu turno, é um importante referencial para a avaliação institucional. (SOUZA, 2005, p.32-38. 42 p).

Desta forma, utilizamos provas, trabalhos de pesquisa, lista de exercícios (individuais ou em grupo), entre outros como métodos avaliativos. Esta verificação diagnóstica deve avaliar os conteúdos e habilidades de forma contínua, clara e inteligível no intuito de verificar a aprendizagem, o aproveitamento e o desenvolvimento do educando no decorrer do ano letivo.

Torna-se possível, através dos resultados obtidos, diagnosticar o trabalho do professor, analisando sua metodologia e a partir destas constatações, tomarmos decisões sobre a continuidade do nosso trabalho sempre voltados para a excelência educacional.

Com isto, a escola segue conforme previsto no Regimento Escolar; o mínimo para aprovação de 50%, em que os conteúdos da Base Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências, totalizam 100 pontos cumulativos. E assim, as médias bimestrais serão distribuídas: tanto para o 1º e o 2º bimestres – 20 (vinte) pontos; quanto para o 3º e o 4º bimestres- 30 (trinta) pontos; sendo que os conteúdos de Literatura Infanto-juvenil, Artes, Ensino Religioso, Oficinas de Teatro e Educação Física são avaliados através de conceitos, assim distribuídos:

O – Ótimo;

B – Bom;

P – Progredindo.

Em relação aos indicadores de desempenho a situação de aprendizagem dos alunos é a seguinte: No ano de 2004 e 2005 os conceitos eram atribuídos apenas na parte diversificada. A partir do ano de 2006 passou a ser atribuídos em todos os conteúdos, (Língua Portuguesa, Matemática, Geografia, História, Ciências e Ensino Religioso) apenas para o primeiro ano.

O correto é considerar a avaliação tanto no aspecto quantitativo quanto qualitativo onde a quantificação deve contar com a apreciação qualitativa dos resultados obtidos.

O que se verifica, numa avaliação contínua e cumulativa do trabalho escolar, é que as dificuldades específicas de aprendizagem, possibilitam à verificação: da adequação dos currículos ou da necessidade de sua reformulação; da validade dos recursos didáticos adotados; da necessidade de monitoramento específico na recuperação paralela e no decorrer do bimestre ou a recuperação final após o término do ano letivo e do ajustamento psicossocial do aluno.

Desta forma, os instrumentos de avaliação são adequações metodológicas e didáticas fundamentais para situar o aluno nas dificuldades de aprendizagem e conhecimento com os quais os professores poderão trabalhar e adotar métodos e técnicas de ensino e aprendizagem específicos para o aluno.

Para Libâneo (2004, p.253), a prática da avaliação pressupõe a relação entre professor, conhecimento e sujeito do conhecimento. Em outras palavras: a avaliação está vinculada ao que o professor considera conhecimento válido, útil, desejável e ao que o professor considera ser o processo de construção desse conhecimento. A perspectiva atual é a de considerar o aluno como construtor do seu próprio conhecimento e o professor como mediador e orientador desse processo.

Contudo, para acompanhar a viabilidade do mecanismo de avaliação na Escola Municipal “Dona Chiquinha”, a supervisão da escola busca acompanhar o trabalho dos docentes seja na sala de aula, seja no Conselho de Classe ou modulo II (reunião quinzenal); cujo propósito é orientar os professores e acompanhar todo processo de ensino-aprendizagem de nossos alunos.

## 9 – BIBLIOGRAFIA

ABRANCHES, Mônica. **Espaço de participação da Comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

AZEVEDO, Janete Maria Lins. **O PPP no contexto da gestão escolar**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em julho de 2010;

LIBÂNEO, José Carlos. **Concepções de Avaliação da Aprendizagem na escola**. (2004, p. 253).

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; **Propostas curriculares alternativas: limites e avanços**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

NAVARRO, Ignez Pinto; **O sentido de qualidade na educação**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

OLIVEIRA, João Ferreira de; **A construção coletiva do PPP da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em 15 de agosto de 2010;

PARO, Vitor Henrique. Participação da comunidade na gestão democrática da escola pública. In: **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2004. p.15 - 28.

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Caminhos possíveis na construção da gestão democrática da escola**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010;

SOUZA, Ângelo Ricardo. **Avaliação institucional: a avaliação da escola como instituição**. Disponível em <http://moodle3.mec.gov.br/ufmg>. Acesso em setembro de 2010.